



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO **XXVI** / EDIÇÃO 27 DE MAIO DE 2026

LEI MUNICIPAL Nº: 392/2026.

Dá nova redação a Lei Municipal Nº 357/2026, que Institui o **PROGRAMA “CIDADE QUE EMPREENDE”**, instituído nos termos das Leis Estadual nº 9.335/2011 e 10.128/2013, e define outras providências correlatas.

Art. 1º - A Lei Municipal Nº 357/2026, de 09 de maio de 2026, que institui o **PROGRAMA EMPREENDER CONGO**, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - Fica instituído o **Programa de Apoio ao Empreendedorismo no Município de Congo - “CIDADE QUE EMPREENDE”**, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento econômico e social no Município do Congo - PB.

§ 1º - A execução do Programa será de responsabilidade da Secretaria de Assistência Social e Desenvolvimento Econômico, ficando a coordenação do programa a cargo do Secretário de Assistência Social, designado pelo chefe do Executivo Municipal.

§ 2º - A coordenação do programa poderá firmar convênios, estabelecer parcerias e adotar medidas necessárias para a implementação das ações previstas nesta Lei.

Art. 2º - O Programa **CIDADE QUE EMPREENDE** tem como principal finalidade, fomentar o desenvolvimento econômico e social do município através do incentivo ao empreendedorismo local para a criação de empresas, a geração de emprego e renda e apoio aos empreendedores do Município de Congo, podendo proporcionar crédito produtivo orientado, com o intuito de fortalecer os negócios existentes e estimular o surgimento de novos negócios.

§ Único - O programa também se destina a apoiar e fortalecer iniciativas de economia solidária, microempreendedores individuais, microempresas, empresas de pequeno porte, trabalhadores autônomos e cooperativas de produção locais, buscando:

I - Ampliar as oportunidades de trabalho por meio da criação, expansão, modernização, transferência ou reativação de negócios formais e informais, utilizando-se da concessão de recursos financeiros, acesso a novas tecnologias de produção, assistência técnica especializada e apoio à logística de distribuição e acesso a novos mercados;

II - Melhorar a qualidade de vida da população mediante o estabelecimento de fontes de renda seguras e consistentes que sustentem as famílias dos empreendedores, especialmente aquelas de baixa renda;

III - promover capacitação e qualificação de empreendedores e gestores de pequenos negócios, visando desenvolver suas habilidades e assegurar acesso a inovações tecnológicas que aumentem sua eficiência produtiva e competitividade no mercado;

IV - Estimular a criação de sistemas associativos de produção, incluindo centrais de compras, produção e vendas, sob a coordenação de empreendedores formais e informais;

V - Oferecer infraestrutura adequada para facilitar o escoamento da produção e permitir a integração dos pequenos empreendedores aos sistemas de comercialização;

VI - Promover a participação de empreendedores, formais ou informais, em feiras e exposições que possam contribuir para o fortalecimento de suas atividades econômicas;

VII - apoiar e incentivar a criação de organizações e mecanismos de microcrédito produtivo orientado;

VIII - incentivar a aplicação integral, no âmbito municipal, do Estatuto Nacional das Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (Lei nº 9.841/1999) e da Lei Geral Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações);

IX - Fomentar ações de suporte à economia solidária e promover o comércio justo e sustentável.

X - Administrar a SALA DO EMPREENDEDOR promovendo ações de capacitação e incentivo a formalização dos negócios;

XI - fortalecer a capacitação profissional, **CAPACITA CONGO**, instituído através da Lei nº. 310/2023, que tem como objetivo de qualificar profissionalmente a população economicamente ativa em idade para o trabalho para gerar mão-de-obra habilitada para o mercado de trabalho, favorecendo com isso a geração de empregos e o crescimento dos negócios locais.

XII - Instituir o **BALCÃO DE EMPREGOS**, que tem como objetivo intermediar a mão-de-obra qualificada no **CAPACITA CONGO**, com as vagas de empregos disponibilizadas por empresas formais, para a geração de emprego formal e Trabalho Decente.

XIII - fortalecer a **REDE VIDA MULHER CONGO**, uma ação de incentivo ao empoderamento econômico e cidadão das mulheres do município, através de ações voltadas ao fortalecimento do empreendedorismo feminino e conscientização sobre os Direitos das Mulheres.

XIV - instituir o **FESTIVAL CONGO TÁ NA MODA**, um evento voltado a promoção do Setor de Confecções do Município, que visa mostrar as potencialidades do Congo nesse segmento, estimulando o fortalecimento do setor e apoiando empresas, empreendedores e trabalhadores que atuam com confecção, vendas e serviços relacionados a Indústria de Confecção.

XV - Instituir o **FUNDO EMPREENDER CONGO**, que tem como finalidade proporcionar crédito produtivo orientado para os empreendedores do município e financiar as atividades do **PROGRAMA CIDADE QUE EMPREENDE**.

§ 1º - Considera-se empreendedor, para os fins desta Lei, a pessoa física, jurídica, ou qualquer forma associativa de produção ou trabalho de micro ou pequeno porte, cuja atividade principal seja a produção de bens ou prestação de serviços visando à geração de receita, trabalho e renda.

§ 2º - O acesso aos recursos do **FUNDO EMPREENDER CONGO** será regulamentado conforme as diretrizes estabelecidas nesta Lei e em sua regulamentação.

Art. 3º - Para os fins desta Lei, entende-se por crédito produtivo orientado aquele concedido para atender às necessidades financeiras de empreendedores, utilizando uma metodologia baseada no relacionamento direto

destes com a produção de bens e/ou prestação de serviços que agreguem renda, com a participação direta dos mesmos no local onde a atividade econômica é executada, observando-se as seguintes diretrizes:

I - O atendimento ao tomador final dos recursos será realizado pela Coordenadoria do **PROGRAMA EMPREENDER CONGO**, responsável por autorizar o levantamento socioeconômico e fornecer orientação educativa sobre o planejamento do negócio, visando à definição das necessidades de crédito e de gestão voltadas para o desenvolvimento do empreendimento;

II - A comunicação com o tomador final dos recursos deverá ser mantida durante todo o período contratual, para acompanhamento e orientação, visando ao melhor aproveitamento e aplicação dos recursos, bem como ao crescimento e sustentabilidade da atividade econômica;

III - O valor e as condições do crédito do **FUNDO EMPREENDER CONGO** serão definidos após a avaliação da atividade e da capacidade de endividamento do tomador final dos recursos;

IV - O crédito concedido através do **FUNDO EMPREENDER CONGO** observar as normas estabelecidas nesta Lei, no decreto de regulamentação e em Edital, que disciplinarão a concessão do crédito produtivo, devendo, prioritariamente, proporcionar aos beneficiários condições para o desenvolvimento sustentável de suas atividades produtivas.

Art. 4º - Os contratos de concessão de crédito vinculados ao **FUNDO EMPREENDER CONGO** obedecerão às normas estabelecidas por esta Lei e deverão consignar, com destaque, o nome do programa como identificação oficial.

Art. 5º - O **PROGRAMA CIDADE QUE EMPREENDE**, funcionará atrelado a Secretaria de Assistência Social e Desenvolvimento Econômico, e será implantado com a finalidade de:

I - Fornecer informações detalhadas sobre o programa;

II - Facilitar o acesso dos empreendedores aos benefícios do programa;

III - Oferecer capacitação continuada à população em geral.

Art. 6º - O **PROGRAMA CIDADE QUE EMPREENDE** será financiado pelas seguintes fontes:

I - Recursos próprios advindos de verbas de custeios e da Secretará de Assistência Social e Desenvolvimento Econômico;

II - Recursos oriundos do Governo Federal e também Emendas Parlamentares;

III - Recursos do **FUNDO EMPREENDER CONGO**.

IV - Para a implementação e operacionalização do **PROGRAMA CIDADE QUE EMPREENDE**, fica instituído o Fundo Municipal de Apoio ao Empreendedorismo - **FUNDO EMPREENDER CONGO**.

§1º - Os recursos arrecadados pelo **FUNDO EMPREENDER CONGO** serão administrados pelo titular da Coordenadoria do Programa.

§ 2º - Fica autorizada a destinação de até 10% (dez por cento) dos recursos arrecadados pelo Fundo para o custeio operacional do Programa.

§ 3º - O **FUNDO EMPREENDER CONGO** integrará o orçamento geral do Município, e a aplicação de seus recursos estará sujeita à legislação financeira e orçamentária vigente.

Art. 7º - Constituem fontes de recursos do **FUNDO EMPREENDER CONGO**:

I - Recursos previstos no Orçamento Geral do Município de Congo;

II - Valores arrecadados pela Taxa de Administração de Contratos, incidente no percentual de 1,0% (um por cento) sobre o valor de contratos firmados entre o Município de Congo e seus fornecedores, a ser cobrada no ato de consolidação dos respectivos pagamentos;

III - Recursos próprios de entidades ou órgãos da administração pública municipal vinculados às dotações orçamentárias do programa;

IV - Valores oriundos da remuneração do Fundo pelos financiamentos concedidos e rendimentos provenientes de aplicações financeiras de recursos não comprometidos.

§ 1º - Nos termos do art. 145, II, da Constituição Federal, a cobrança prevista no inciso II deste artigo será acompanhada da contrapartida municipal de publicação e fiscalização dos contratos administrativos, com a emissão de certidão de regularidade de sustentabilidade econômica, social e ambiental, como condição para o pagamento do contrato.

§ 2º - Estão isentos da Taxa de Administração de Contratos ao que se trata no inciso II do presente artigo:

I - Contratos de compras cujo valor não exceda R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

II - Contratos de prestação de serviços cujo valor não exceda R\$ 7.000,00 (sete mil reais);

§ 3º - Os recursos do programa poderão ser utilizados, dentro dos limites e condições legais, para abertura de créditos adicionais destinados ao desenvolvimento de suas ações.

§ 4º - A Taxa de Administração de Contratos será aplicável a contratos celebrados conforme o art. 95 da Lei nº 14.133 /2021 e suas alterações, incluindo carta contrato, nota de empenho, autorização de compra e ordem de execução de serviço.

Art. 8º - A supervisão do Fundo Municipal de Apoio ao Empreendedorismo - **EMPREENDER CONGO**, será exercida por um **CONSELHO GESTOR** composto por:

I - Um representante da Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento;

II - Um representante da Assessoria Jurídica do Município; **III** - um representante do Gabinete do Prefeito.

§ Único - Os membros do Conselho Gestor serão designados por ato do Prefeito Municipal, observado o critério de paridade e competência técnica.

Art. 9º - Compete ao **Conselho Gestor** do **FUNDO EMPREENDER CONGO** as seguintes atribuições:

I - Auxiliar na definição de critérios e na fixação de limites globais e individuais para a concessão de financiamentos e subvenções, observando as disponibilidades financeiras do Fundo;



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO **XXVI** /EDIÇÃO 27 DE MAIO DE 2026

II - Sugerir prazos para amortização e carência, além de encargos e penalidades aplicáveis em casos de inadimplemento contratual;

III - analisar periodicamente as contas operacionais do Fundo, mediante balancetes e relatórios financeiros, avaliando os resultados e propondo medidas para o aprimoramento das atividades;

IV - Emitir parecer sobre ajustes ou parcerias a serem firmados com terceiros que envolvam recursos do Fundo;

V - Elaborar e aprovar o regimento interno do Conselho, que disciplinará seu funcionamento e a forma de deliberação.

Art. 10º - Nos casos de inadimplência dos recursos ofertados pelo **FUNDO EMPREENDEER CONGO**, o **PROGRAMA CIDADE QUE EMPREENDE** deverá adotar medidas que visem identificar circunstâncias ou fatores supervenientes, alheios à vontade do tomador, que possam ter gerado dificuldades momentâneas para o cumprimento das obrigações.

§ 1º - Quando identificados tais fatores, o Programa deverá proceder com:

I - A prorrogação das parcelas vencidas, se necessário;

II - A renegociação do contrato, com o objetivo de ajustar as obrigações do tomador à sua real capacidade de amortização do empreendimento.

§ 2º - Caso as providências mencionadas no **§ 1º** sejam insuficientes e a inadimplência persista, serão adotadas as seguintes

I - Notificação formal ao tomador sobre o inadimplemento da obrigação;

II - Protesto do débito, com a devida notificação do inadimplente;

III - inclusão do tomador nos cadastros de proteção ao crédito;

IV - Envio do débito para inscrição na Dívida Ativa do Município;

V - Encaminhamento à Assessoria Jurídica do Município para propositura de ação judicial de execução da dívida.

Art. 11º - É vedada a concessão de empréstimos pelo Fundo Municipal de Apoio ao Empreendedorismo - **FUNDO EMPREENDEER CONGO** para:

I - Projetos que envolvam a comercialização de armas;

II - Atividades relacionadas à comercialização de bens e serviços que sejam incompatíveis com o sistema legal vigente.

Art. 12º - Dentro da implementação do **PROGRAMA CIDADE QUE EMPREENDE**, fica instituído, a realização anual do **"FESTIVAL CONGO TÁ NA MODA"**, o qual tem os seguintes objetivos:

I - Reduzir as desigualdades sociais, por meio do desenvolvimento econômico sustentável local;

II - Fomentar as atividades desenvolvidas no âmbito da Indústria de Confecção e Economia Criativa nas áreas de Moda e Artesanato;

III - incentivar a formalização e/ou regularização das Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP estabelecidas no município do Congo-PB e a vinda de empresas do setor para o município, destacando os benefícios fiscais e a oferta de mão-de-obra qualificada e destacar a contribuição do incentivo à indústria para a arrecadação municipal e oferta de Serviços Públicos Crescimento Local de qualidade.

IV - Incentivar a realização de investimentos público e privado no setor da Confecção visando promover a Indústria da Moda como intermediário de desenvolvimento local, incentivando geração de Trabalho Decente, o fomento ao empreendedorismo criativo e o fortalecimento do setor como uma força econômica sustentável.

V - Destacar a Moda como patrimônio cultural e econômico, com expositores locais e regionais mostrando produtos que valorizam a identidade local e o desfile de marcas locais e fortalecer o polo industrial local e a cadeia de valor, sugerindo a inclusão da agricultura (matérias primas como algodão e linho) e a fabricação de artesanato com resíduos têxteis da indústria de confecção que está sendo incentivada.

VI - Apresentar práticas laborais justas e seguras, com conhecimentos sobre legislação trabalhista e incentivo ao cooperativismo produtivo e conexão de marcas e produtores locais à mão-de-obra qualificada para a criação de novos empregos formais.

VII - Promover a qualificação profissional e empresarial do setor de confecções do município através da oferta de oficinas e palestras e capacitações para profissionalizar e ampliar a capacidade competitiva dessa Indústria.

Art. 13º - O **FESTIVAL "CONGO TÁ NA MODA"** passará a fazer parte do calendário anual de eventos da Prefeitura Municipal de Congo.

Art. 14º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 15º - O Chefe do Poder Executivo regulamentará, por meio de decreto, as disposições complementares necessárias à execução desta Lei.

Art. 16º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Congo - PB, em 27 de maio de 2025.

FLAVIA EMANOELA SOUSA PEREIRA QUIRINO
Prefeita Municipal

LEI MUNICIPAL Nº: 394/2026.

DA NOVA REDAÇÃO A TABELA DESCRITA NO ART. 2º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 379/2005, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º - O Art. 2º da Lei Complementar Nº 379/2025, de 12 de dezembro de 2025, que dispõe sobre a in de Taxa Administrativa Municipal de Fiscalização no âmbito do Município, passa a vigorar com a redação:

Art. 2º - Fica criada a Tabela de Receita XI, anexa ao atual Código Tributário, com a seguinte formataç

TABELA DE RECEITA XI
Taxa Fiscalização da Execução Contratual

Código	Descrição	Base de Cálculo	Percentual
1121.01.01.01	Taxa de fiscalização da execução contratual	Valor do Contrato	1% (um por cento)
2311.06.0.1.01	Amortização de empréstimos contratuais	Valor do Contrato	
1999.99.31.01	Outras receitas não arrecadadas e não projetadas pela RFB	Valor do Contrato	

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal do Congo/PB 27 de maio de 2026.

FLÁVIA EMANOELA SOUSA PEREIRA QUIRINO
Prefeita Constitucional



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO **XXVI** /EDIÇÃO 27 DE MAIO DE 2026

LEI MUNICIPAL Nº: 389/2026.

ALTERA PARCIALMENTE O ANEXO ÚNICO DA LEI MUNICIPAL Nº 336/2024, ALTERADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 383/2026, EXCLUSIVAMENTE QUANTO AO NÚMERO DE VAGAS DE CARGOS ESPECÍFICOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Constitucional do Município de Congo, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais, nos termos da Lei Orgânica Municipal, propõe o presente Projeto de Lei para apreciação e deliberação da Câmara de Vereadores do Município:

Art. 1º O Anexo Único da Lei Municipal nº 336/2024, alterado pela Lei Municipal nº 383/2026, passa a vigorar com nova alteração exclusivamente quanto ao número de vagas dos seguintes cargos:

I – Pedagogo: passa de 10 (dez) para 12 (doze) vagas, **correspondendo à ampliação de 02 (duas) vagas;**

II – Motorista: passa de 05 (cinco) para 10 (dez) vagas, **correspondendo à ampliação de 05 (cinco) vagas.**

Art. 2º O provimento das vagas ora acrescidas observará a ordem de classificação dos candidatos aprovados no Concurso Público regido pelo Edital nº 01/2025, respeitado o prazo de validade do certame.

Art. 3º As atribuições, carga horária, requisitos de escolaridade e vencimentos permanecem aqueles estabelecidos na Lei Municipal nº 336/2024 e demais legislações pertinentes.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente, ficando o Poder Executivo autorizado a promover as adequações necessárias.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Congo/PB 27 de maio de 2026

FLÁVIA EMANOELA SOUSA PEREIRA QUIRINO

Prefeita Constitucional



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXVI / EDIÇÃO 27 DE MAIO DE 2026

LEI MUNICIPAL Nº: 390/2026.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA FORMALIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE PACTUAÇÃO COM ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS, COM A CRIAÇÃO DE CRÉDITO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar parcerias entre a Administração Municipal e as organizações da sociedade civil, entidades privadas sem fins lucrativos, como os serviços sociais autônomos (Sistema "S"), fundações, institutos, associações e cooperativas que atendam a produtores rurais, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em instrumentos de pactuações, tais como termos de colaboração, termos de fomento ou acordos de cooperação, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014.

Parágrafo Único. As atividades a serem desenvolvidas, objeto de termos de colaboração, termos de fomento ou acordos de cooperação, deverão constar do devido plano de trabalho, detalhando o cronograma de execução.

Art. 2º - A formalização dos termos de colaboração, termos de fomento ou acordos de cooperação será conduzida pela Comissão Técnica de Formalização do Município, que poderá ser exercida pela Comissão Permanente de Licitações.

§1º - Quando não dispuserem de capacidade técnica e operacional para a celebração e o acompanhamento dos instrumentos de pactuação, a Administração Municipal poderá contratar prestadores de serviços específicos para realização de serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios, considerados atividades operacionais para apoio à decisão dos gestores responsáveis pelos instrumentos de pactuação.

§2º - Para cumprimento do disposto no art. 2º, os serviços executados não poderão configurar a execução por meio de mandato e os órgãos e as entidades Órgão Públicos manterão a responsabilidade final pelas atividades de sua competência.

Art. 3º - Os instrumentos de pactuação estarão em conformidade com:

- I - as finalidades legais das entidades pactuantes; e
- II - os objetivos e as metas previstos no plano de trabalho de gestão, nas hipóteses em que a lei exigir plano de trabalho de gestão entre a entidade pactuante e o órgão gestor do instrumento de pactuação.

DAS VEDAÇÕES

Art. 4º - Fica vedada a celebração de instrumentos de pactuação:

I - com entidades privadas sem fins lucrativos que:

- a) tenham como dirigente:
 - 1. agente político do Poder Executivo, Legislativo ou Judiciário ou do Ministério Público;
 - 2. dirigente de órgão ou de entidade da administração pública de qualquer esfera de governo;
 - 3. cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, daqueles referidos nos itens 1 e 2;
- b) não comprovem experiência prévia na execução do objeto do instrumento de pactuação ou de objeto de mesma natureza;
- c) cujo corpo de dirigentes contenha pessoas que tiveram, nos últimos cinco anos, atos julgados irregulares por decisão definitiva dos Tribunais de Contas; ou
- d) que tenham, em suas relações anteriores com o Município, incorrido em, ao menos, uma das seguintes condutas:
 - 1. omissão no dever de prestar contas;
 - 2. descumprimento injustificado na execução do objeto dos instrumentos;
 - 3. desvio de finalidade na aplicação dos recursos transferidos;
 - 4. ocorrência de dano ao erário; ou
 - 5. prática de outros atos ilícitos na execução dos instrumentos; e

II - em outras hipóteses previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na legislação aplicável à matéria.

Parágrafo Único - As vedações de que trata o inciso I, "d", do caput, serão extintas no momento que a entidade privada sem fins lucrativos comprovar o saneamento da pendência ou o cumprimento da sanção correspondente.

Art. 5º - Os órgãos e as entidades da administração Municipal cadastrarão junto à Secretaria de Administração, os programas a serem executados de forma descentralizada, por meio da celebração de instrumentos de pactuação.

DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO DE INSTRUMENTO DE PACTUAÇÃO

Art. 6º - A fase preparatória é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas e de gestão que podem interferir na pactuação, compreendidos:

- I - a descrição da necessidade da formalização de instrumento de pactuação, fundamentada em estudo técnico preliminar, que caracterize o interesse público envolvido, com a motivação circunstanciada das condições exigidas, tais como qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios necessários para execução do plano de trabalho;
- II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de plano de trabalho, conforme o caso;
- III - a definição das condições de execução e transferências financeiras, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;
- IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;
- V - a elaboração do termo de instrumento de pactuação;

§ 1º - O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da pactuação, e conterá os seguintes elementos:

- I - descrição da necessidade do instrumento de pactuação ou parceria técnica, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;
- II - requisitos do termo de instrumento de pactuação;
- III - estimativas dos quantitativos, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte;
- V - levantamento das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a ser pactuada;
- VI - estimativa do valor do instrumento de pactuação, acompanhada dos custos unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte;
- VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;
- VIII - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;
- IX - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do instrumento de pactuação, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão do instrumento de pactuação;
- X - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

§ 2º - O estudo técnico preliminar deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII do § 1º deste artigo e, quando não contemplar os demais elementos previstos no referido parágrafo, apresentar as devidas justificativas.

DO PLANO DE TRABALHO

Art. 7º - O Plano de Trabalho conterá, no mínimo:

- I - a descrição do objeto;
- II - a justificativa para a sua execução;
- II - a descrição completa do objeto, das metas e das etapas;
- III - a demonstração da compatibilidade de custos;
- IV - o cronograma físico e financeiro; e
- V - o plano de aplicação detalhado.

§ 1º - O plano de trabalho será analisado pelo Órgão Público quanto à viabilidade e à adequação aos objetivos do programa.

§ 2º - No caso das entidades privadas sem fins lucrativos, será avaliada a sua capacidade técnica para a execução do objeto do instrumento de pactuação.

DO EMPENHO DAS DESPESAS

Art. 8º - No ato de celebração do instrumento de pactuação, o Órgão Público deverá estimar o valor total do plano de trabalho, podendo realizar os empenhos ordinários, de acordo com as ordens de trabalhos, dentro do cronograma de desembolso total do exercício da celebração, devendo a transferência financeira ocorrer em conta contábil específica.

§1º - O empenho de que trata o caput deverá ser realizado em cada ordem de trabalho, dentro do exercício financeiro em conformidade com as parcelas do cronograma de desembolso.

§2º - O registro a que se refere o caput acarretará a obrigatoriedade de se consignar crédito nos orçamentos seguintes para garantir a execução do instrumento de pactuação.



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXVI / EDIÇÃO 27 DE MAIO DE 2026

DA CELEBRAÇÃO

Art. 9º A celebração do instrumento será efetuada por meio da assinatura do instrumento de pactuação, pelas partes, após devido processamento pela Comissão Técnica de Formalização e Execução de Instrumentos de Pactuação (CTC).

§1º - A celebração de instrumento de pactuação ocorrerá no exercício financeiro em que for realizado o empenho da primeira parcela ou da parcela única.

§2º - São cláusulas necessárias no termo de instrumento de pactuação, no mínimo:

- I - o objeto e os seus elementos característicos, em conformidade com o plano de trabalho, que integrará o termo celebrado independentemente de transcrição;
- II - a vigência, fixada de acordo com o prazo previsto para a consecução do objeto e em função das metas estabelecidas;
- III - a forma e a metodologia de comprovação da consecução do objeto;
- IV - a descrição dos parâmetros objetivos que servirão de referência para a avaliação do cumprimento do objeto;
- V - as obrigações dos partícipes; e
- VI - a titularidade dos bens remanescentes.

Art. 10 - São condições essenciais para a celebração dos instrumentos de pactuação:

- I - o cadastro do proponente atualizado na Secretaria Municipal de Administração;
- II - a aprovação do plano de trabalho pela Comissão Técnica de Acordos de Cooperação e Instrumentos de pactuação;
- III - a apresentação dos documentos de que trata o art. 13;
- IV - a comprovação da disponibilidade da contrapartida da entidade pactuante;
- V - o empenho da despesa pelo Órgão Público; e
- VI - o parecer jurídico favorável do órgão jurídico do Órgão Público ou da mandatária.

DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA CELEBRAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PACTUAÇÃO

Art. 11 - O proponente apresentará os seguintes documentos previamente à celebração dos instrumentos de pactuação:

- a) Proposta de Plano de Trabalho, com composição de custos detalhada;
- b) Comprovação de qualificação técnica para execução do plano de trabalho;

§1º - Os documentos deverão ser apresentados antes da data de celebração do instrumento de pactuação, submetidos previamente à avaliação da Comissão Técnica de Acordos de Instrumentos de pactuação;

§2º - A transferência dos recursos do Município poderá ocorrer de forma integral ou parcial, e somente após sua execução, precedida de aprovação e ateste pelo(a) gestor(a) do instrumento de pactuação, nas seguintes condições:

- I - De forma integral, quando o cronograma do Plano de Trabalho tiver que ser cumprido no prazo de até 03 (três) meses;
- II - De forma parcial, no limite das parcelas executáveis, quando o cronograma do Plano de Trabalho não puder ser cumprido no prazo máximo de até 03 (três) meses;

DO SUBCONVENIAMENTO

Art. 12 - Desde que haja previsão no plano de trabalho para a execução do objeto, a entidade pactuante poderá celebrar parcerias com outras entidades, consórcios públicos, serviços sociais autônomos ou entidades filantrópicas e sem fins lucrativos, nos termos do disposto no §1º do art. 199 da Constituição, por meio da celebração de instrumentos de pactuação complementares, observadas as disposições desta Lei, devendo manter, no entanto, total responsabilidade sobre as atividades executadas.

DAS ALTERAÇÕES

Art. 13 - O instrumento de pactuação poderá ser alterado mediante proposta de qualquer das partes, desde que a proposta de alteração de que trata o caput deverá ser apresentada em prazo exequível, antes do término de vigência do instrumento de pactuação, desde que sejam motivadas e em benefício da execução do objeto.

DA TITULARIDADE DOS BENS REMANESCENTES

Art. 14 - A titularidade dos bens remanescentes será da entidade pactuante, exceto se houver disposição em contrário no instrumento de pactuação celebrado.

Parágrafo Único - A obrigatoriedade de contabilização e de guarda dos bens remanescentes pela entidade pactuante e a manifestação de compromisso de

DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA

Art. 15 - As transferências financeiras para órgãos públicos e entidades públicas e privadas decorrentes da celebração de instrumentos de pactuação serão feitas por intermédio de conta específica em instituições financeiras regulares no Território Nacional.

Parágrafo Único - A movimentação dos recursos deverá ocorrer em conta corrente específica, preferencialmente isenta da cobrança de tarifas bancárias relativas à execução financeira do instrumento de pactuação.

DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Art. 16 - Os atos relativos a execução física, acompanhamento e fiscalização dos instrumentos de pactuação serão registrados junto à Comissão Técnica de Formalização e Execução de Instrumentos de pactuação, pelos Órgãos Públicos, bem como pelos pactuantes e, quando couber, pelas demais entidades executoras.

DA DENÚNCIA, DA RESCISÃO E DA EXTINÇÃO

Art. 17 - O instrumento de pactuação poderá ser:

I - denunciado a qualquer tempo, por desistência de qualquer um dos partícipes, hipótese em que ficarão responsáveis somente pelas obrigações e auferirão as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente do acordo, não admitida cláusula obrigatória de permanência ou sancionadora dos denunciantes;

II - rescindido por:

- a) inadimplemento de qualquer uma de suas cláusulas;
- b) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou de incorreção de informação em qualquer documento apresentado; ou
- c) verificação de qualquer circunstância que enseje a instauração de tomada de contas especial;

III - extinto, na hipótese de não serem cumpridas as condições suspensivas nos prazos estabelecidos no instrumento de pactuação, desde que não tenha ocorrido repasse de recursos do Município.

§1º Nas hipóteses de denúncia ou de rescisão do instrumento de pactuação, a entidade pactuante deverá:

I - devolver os saldos remanescentes no prazo de trinta dias, inclusive aqueles provenientes de rendimentos de aplicações no mercado financeiro; e

II - apresentar a prestação de contas no prazo de sessenta dias.

§2º - O prazo para cumprimento do disposto no § 1º será contado a partir da data de publicação do ato de denúncia ou de rescisão.

§3º - O não cumprimento do disposto no § 1º ensejará a instauração da tomada de contas especial.

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 18 - A prestação de contas de instrumentos de pactuação será iniciada concomitantemente à liberação da primeira parcela dos recursos financeiros.

§1º - Os saldos remanescentes serão devolvidos no prazo de trinta dias, contado do término da vigência ou da consecução do objeto, o que ocorrer primeiro.

§2º - A prestação de contas final será apresentada no prazo de sessenta dias, contado do término da vigência ou da consecução do objeto, o que ocorrer primeiro.

§3º - Na hipótese de a prestação de contas não ser encaminhada no prazo previsto no § 2º, o Órgão Público notificará a entidade pactuante e estabelecerá o prazo máximo de quarenta e cinco dias para a sua apresentação.

Art. 19 - O prazo para a análise da prestação de contas e para a manifestação conclusiva pelo Órgão Público será de:

- I - sessenta dias, na hipótese de procedimento informatizado; ou
- II - cento e oitenta dias, na hipótese de análise convencional.

§1º - Os prazos previstos nos incisos do caput poderão ser prorrogados uma vez, por igual período, desde que devidamente justificado.



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXVI /EDIÇÃO 27 DE MAIO DE 2026

utilização dos bens para assegurar a continuidade de ações de interesse público serão objeto de cláusula específica no instrumento de pactuação.

§2º - A contagem do prazo de que trata o inciso I do caput terá início a partir da data de atribuição da nota de risco ao instrumento junto a Comissão Técnica de Acordos de Cooperação e Instrumentos de pactuação.

§3º - Constatadas impropriedades ou indícios de irregularidade, o Órgão Público estabelecerá o prazo máximo de quarenta e cinco dias para que a entidade pactuante saneie as impropriedades ou apresente justificativas.

Art. 20 - As disposições previstas na Seção XIII, Da Prestação de Contas, desta Lei, aplicam-se, no que couber, para prestação de contas dos Acordos de Cooperação Técnica.

DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Art. 21 - A tomada de contas especial será instaurada pelo Órgão Público, junto à CTC, após esgotadas as medidas administrativas sem a elisão do dano, quando caracterizado, no mínimo, um dos seguintes fatos:

- I - omissão no dever de prestar contas;
- II - não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pelo Município;
- III - ocorrência de desfalque, alcance, desvio ou desaparecimento de dinheiro, bens ou valores públicos;
- IV - prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico que resulte em dano ao erário;
- V - desvio de finalidade dos bens eventualmente cedidos por ocasião da celebração de acordos de cooperação técnica.

Do Registro de Inadimplência

Art. 22 - O Órgão Público efetuará o registro da entidade pactuante, em cadastros de inadimplência, nas seguintes hipóteses:

- I - após o julgamento da tomada de contas especial ou de procedimento análogo pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, nas hipóteses de rejeição total ou parcial da prestação de contas; ou
- II - após a notificação da entidade pactuante e o decurso do prazo previsto no § 3º do art. 20, nas hipóteses de omissão na apresentação da prestação de contas, independentemente de instauração ou de julgamento da tomada de contas especial.

Parágrafo Único - Após a rejeição total ou parcial das contas, o saldo referente à rejeição constará como impugnado e a entidade pactuante será cadastrado como inadimplente somente após o julgamento de que trata o inciso I do caput.

Da Comissão Técnica de Formalização e Execução de Instrumentos de pactuação

Art. 23 - A Administração Municipal, mediante portaria, nomeará, no mínimo, três servidores, para compor a Comissão Técnica de Formalização e Execução de Instrumentos de pactuação, a qual poderá ser exercida pela Comissão Permanente de Licitações, a qual ficará responsável pela formalização dos atos administrativos necessários à constituição das obrigações impostas, bem como será responsável por:

- I - Avaliar e aprovar os planos de trabalho, com suas respectivas cláusulas condicionantes da execução dos Instrumentos de pactuação;
- II - Avaliar a aprovação das condições técnicas, jurídicas e econômicas das entidades privadas sem fins lucrativos, como forma de garantir a execução do plano de trabalho;
- III - Emitir parecer sobre a regularidade do processo, após apreciação e opinião formalizada em parecer jurídico, o qual deverá ser encaminhado para homologação junto à autoridade administrativa superior;
- IV - Após assinatura do instrumento de pactuação, fiscalizar a execução do mesmo, atestando o cumprimento das obrigações impostas;
- V - Julgar as prestações de contas dos instrumentos de pactuação;
- VI - Instaurar processo administrativo e tomada de contas especial, para apurar eventuais infrações e descumprimentos dos termos de instrumentos de pactuação, bem como aplicar as eventuais sanções que forem necessárias.

DA GESTÃO DOS INSTRUMENTOS DE PACTUAÇÃO

Art. 24 - A gestão do instrumento de pactuação será responsabilidade do(a) Secretário(a) Municipal titular da Secretaria que vier a ser responsável pelo Plano de Trabalho, objeto do instrumento de pactuação, o(a) qual será a autoridade competente para:

- I - Autorizar a execução do Plano de Trabalho;

III - Realizar as diligências e notificações administrativas necessárias, direcionadas aos pactuantes, para garantir o integral cumprimento das obrigações impostas nos termos de instrumentos de pactuação;

IV - Realizar o relatório final de cumprimento das obrigações dos termos de instrumentos de pactuação e encaminhar à Comissão Técnica de Formalização e Execução de Instrumentos de pactuação, para fins de julgamento da prestação de contas;

V - Realizar relatórios de execução, quanto ao cumprimento das obrigações dos termos de instrumentos de pactuação e encaminhar à Comissão Técnica de Formalização e Execução de Instrumentos de pactuação, para fins de abertura de processo administrativo para apurar eventuais infrações aos termos de instrumentos de pactuação.

Art. 25 - A Secretaria Municipal de Administração manterá o Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas junto ao Portal da Prefeitura do Congo (PB), com a relação das entidades privadas sem fins lucrativos, associações e cooperativas, entidades impedidas de celebrar instrumentos de pactuação e acordos de cooperação técnica com a Administração Pública Municipal.

Art. 26 - Fica o Prefeito Municipal autorizado a efetuar as alterações da Lei nº 369/2025 - PPA - Plano Plurianual, para o período 2026-2029, para atender as despesas constantes na presente proposta orçamentária e que possa contemplar os objetivos e metas da Administração Municipal para o exercício de 2026.

Art. 27 - Fica o Prefeito Municipal autorizado a alterar a Lei nº 363/2025 que dispõe sobre a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias, para o exercício financeiro de 2026, em conformidade com o disposto neste ato, objetivando atender aos objetivos e metas constantes na presente proposta orçamentária.

Art. 28 - Fica igualmente o Prefeito Municipal autorizado a alterar a Lei nº 377/2025, que dispõe sobre a LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2026.

Art. 29 - Para ocorrer com as despesas decorrentes da execução da presente Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de CRÉDITO ESPECIAL a LOA/2026, no montante de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), destinados a reforçar as despesas não consignadas no orçamento, as quais terão a seguinte classificação:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ELEMENTO	TOTAL
07.00	SEC. DE ASSISTENCIA SOCIAL	E	
08.244.2009.2039	MANTER A GESTAO DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL		
500	Recursos não vinculados de Impostos		
3.3.50.43.01	SUBVENÇÕES SOCIAIS		50.000,00

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ELEMENTO	TOTAL
30.60	SECRETARIA DE SAÚDE - FMS		
10.301.2011.2046	MANTER A GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
500	Recursos não vinculados de Impostos		
3.3.50.43.04	SUBVENÇÕES SOCIAIS - SAÚDE		450.000,00
700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União		
3.3.50.43.04	SUBVENÇÕES SOCIAIS - SAÚDE		1.000.000,00
600	Transferência Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde		
3.3.50.43.04	SUBVENÇÕES SOCIAIS - SAÚDE		500.000,00
TOTAL			2.000.000,00



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO **XXVI** /EDIÇÃO 27 DE MAIO DE 2026

II – Emitir termo de ateste da execução do Plano de Trabalho, parcial ou total, com a indicação dos respectivos valores executados e autorizar o repasse financeiro aos pactuantes;

Art. 30 Constituem fontes de recursos para atender a cobertura e execução do presente crédito especial:

I - A **ANULAÇÃO** parcial e/ou total de Dotações Orçamentárias do Orçamento Vigente, de conformidade com o Art. 43, Parágrafo 1º, Inciso III da Lei 4.320/64, de acordo com o desdobramento a seguir:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ELEMENTO	TOTAL
04.00	SEC. DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, PESCA E MEIO A		
20.544.2007.1041	CONSTRUIR SISTEMA DE ABASTECIMENTO D'AGUA		
700	Outras Transferências de Instrumentos de pactuação ou Instrumentos Congêneres da União		
4.4.90.51.01	Obras e Instalações		250.000,00

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ELEMENTO	TOTAL
06.00	SEC. DE CULTURA, TURISMO, DESPORTOS E LAZER - SECT		
27.812.2006.1019	CONSTRUIR E REFORMAR ESPAÇOS PARA A PRÁTICA ESPORTIVA		
700	Outras Transferências de Instrumentos de pactuação ou Instrumentos Congêneres da União		
4.4.90.51.01	Obras e Instalações		250.000,00

II - O **EXCESSO DE ARRECADAÇÃO** verificado no exercício de 2026, com as seguintes f recursos:

Outras Transferências de Instrumentos de pactuação ou Instrumentos Congêneres da União	700	1.000.000,00
Transferência Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	600	500.000,00
TOTAL		2.000.000,00

Art. 31 Esta Lei entra em vigor data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal do Congo-PB, 27 de
FLÁVIA EMANOELA SOUSA PEREIRA QUIRINO
Prefeita Constitucional



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO **XXVI** / EDIÇÃO 27 DE MAIO DE 2026

LEI MUNICIPAL Nº: 391/2026.

Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial para inclusão de dotação não consignada, e dá outras providências.

TÍTULO I **CAPÍTULO I** **DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL**

Art. 1º - Fica alterada a Lei nº 369, de 18 de setembro de 2025, Plano Plurianual, para os exercícios de 2026-2029, em conformidade com o disposto nesta Lei, relativamente a abertura de Crédito do Tipo Especial, objetivando atender a situações não previstas no Orçamento.

CAPÍTULO II **DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Artigo 2º - Fica alterada a Lei nº 363, de 12 de junho de 2025, que estabelece as Diretrizes Orçamentárias, para o exercício financeiro de 2025, em conformidade com o disposto neste ato, objetivando atender a situações não previstas no Orçamento.

CAPÍTULO III **DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Artigo 3º - Fica igualmente alterada a Lei nº 377, de 12 de dezembro de 2025, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2026 e inclusão de projeto/atividade não consignado na LOA/2026, conforme desdobramento que segue:

CAPÍTULO IV **DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA**

Art. 4º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, na forma do que dispõe o Art. 167, VI da Constituição Federal e dos dispositivos da Lei Federal nº 4.320/64, abrir **CRÉDITO ESPECIAL**, no valor de R\$ 1.020.000,00 (um milhão e vinte mil reais), destinados a criação de dotações orçamentárias não consignadas no orçamento vigente:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ELEMENTO	TOTAL
08.00	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA		
15.451.2002.1043	CONSTRUIR, REFORMAR E/OU AMPLIAR QUADRA NO MUNICÍPIO		
706	Transferência Especial da União		
4.4.90.51.01	Obras e Instalações		400.000,00
TOTAL			400.000,00

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ELEMENTO	TOTAL
05.00	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		
12.361.2001.2060	MANTER O PROG. ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL – ENS. FUNDAMENTAL		
540	Transferências do FUNDEB – Impostos e Transferências de Impostos		
3.1.90.04.01	Contratação por Tempo Determinado		10.000,00
3.1.90.11.01	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		490.000,00
3.1.90.13.01	Obrigações Patronais		90.000,00
3.3.90.30.01	Material de Consumo		10.000,00
3.3.90.39.01	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		10.000,00
4.4.90.52.01	Equipamentos e Material Permanente		10.000,00
TOTAL			620.000,00

TOTAL GERAL	1.020.000,00
--------------------	---------------------

Art. 5º - Para atender a abertura do **CRÉDITO ESPECIAL**, constituem as seguintes fontes de recursos:

I. O excesso de arrecadação verificada na diferença positiva entre a receita prevista e realizada:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	FR	TOTAL
2419.51.01.01	Transferência Especial da União	706	400.000,00

TOTAL GERAL	400.000,00
--------------------	-------------------

II. A anulação parcial e/ou total de dotação consignada no orçamento vigente:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ELEMENTO	TOTAL
05.00	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		
12.361.2001.2025	MANTER AS ATIV. DO ENS. FUND. – FUNDEB 70% - PROFIS. DA EDUCAÇÃO		
540	Transferências do FUNDEB – Impostos e Transferências de Impostos		
3.1.90.04.01	Contratação por Tempo Determinado		620.000,00
TOTAL			620.000,00

TOTAL GERAL	1.020.000,00
--------------------	---------------------

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Congo, 27 de maio de 2026.

FLAVIA EMANOELA SOUSA PEREIRA QUIRINO
Prefeita Constitucional



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO **XXVI** / EDIÇÃO 27 DE MAIO DE 2026

LEI MUNICIPAL Nº: 393/2026.

CONCEDE REAJUSTE A SERVIDORES ATIVOS INTEGRANTES DO QUADRO PRÓPRIO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE CONGO, ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e da Lei Orgânica, onde a Câmara Municipal de Congo, aprovou, e eu prefeita do município, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º – Fica concedido reajuste sobre o salário base dos servidores públicos alterando a Lei nº. 354/2025, de parte dos integrantes do quadro efetivo do Poder Executivo Municipal, conforme cargos dispostos na Tabela do Anexo I, no percentual de 8%, a partir de 1º de junho de 2026.

Art. 2º – As despesas decorrentes desta Lei serão custeadas através das dotações orçamentárias próprias.

Art. 3º – A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições ao contrário.

Congo - PB, em 27 de maio de 2026.

FLAVIA EMANOELA SOUSA PEREIRA QUIRINO

Prefeita Constitucional

ANEXO I - TABELA DE REAJUSTE 8%

Nº	CARGO	SALÁRIO BASE	AUMENTO 8%	SALÁRIO BASE PROPOSTO
1	MOTORISTA	1.833,32	146,67	1.979,99
2	OPERADOR DE MÁQUINA	1.833,32	146,67	1.979,99
3	AGENTE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	1.833,32	146,67	1.979,99
4	TECNOLOGO EM AGROECOLOGIA	1.833,32	146,67	1.979,99
5	AUXILIAR EM FARMÁCIA	1.833,32	146,67	1.979,99
6	DIGITADOR	1.833,32	146,67	1.979,99
7	ASSISTENTE SOCIAL	2.036,59	162,93	2.199,52
8	FISIOTERAPEUTA	2.036,59	162,93	2.199,52
9	FONOAUDIÓLOGO	2.036,59	162,93	2.199,52
10	NUTRICIONISTA	2.036,59	162,93	2.199,52
11	PSICÓLOGO	2.036,59	162,93	2.199,52
12	VETERINÁRIO	2.036,59	162,93	2.199,52
13	BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO	2.036,59	162,93	2.199,52
14	ENFERMEIRO	1.722,27	137,78	1.860,05
15	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	1.621,00	129,68	1.750,68
16	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	1.621,00	129,68	1.750,68